



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>359048</u>
Classificação <u>05/05/2010</u>
Data <u>10/05/25</u>

REQUERIMENTO

Número _____ / XI (___ª)

PERGUNTA

Número 3268 / XI (1ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>26/05/2010</u>
O Secretário da Mesa <u>Recorreis</u>

Assunto: Falta de condições materiais e humanas na Escola Básica 2/3 de Valongo

Destinatário: Ministério da Educação

*Por determinação do S.E.X.P.A.R. e
Sua Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

10.05.26

hmtar

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento da falta de condições materiais e humanas básicas na Escola Básica de 2º e 3º ciclo de Valongo.

Professores, estudantes, funcionários e encarregados de educação reconhecem o estado de degradação em que se encontra a escola, bem como a sua exiguidade, para dar resposta às necessidades do normal funcionamento das actividades lectivas.

Estes problemas persistem há mais de 15 anos e tem consequências gravíssimas nas condições de trabalho e de estudo destes professores, funcionários e alunos.

A perspectiva de ampliação e requalificação do actual espaço da escola terá sido inclusive publicada em Diário da República em 2009 e garantida formalmente pela Direcção Regional de Educação do Norte.

De acordo com informações transmitidas pela DREN à Associação de Pais, a "inexistência de verbas em sede de orçamento de estado" conduziu à necessidade de "repensar o plano de intervenção".

Este estabelecimento de ensino está sobrelotado desde há vários anos, o que originou o recurso da DREN, há três anos atrás, a recorrer a duas salas pré-fabricadas (contentores) e transformação de arrecadações em salas de aula e num gabinete médico.

Não existem laboratórios para as disciplinas experimentais, e até mesmo a cantina e a sala de reuniões de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

professores é utilizada como sala de aula.

O PCP entende como inadmissível a existência de uma situação destas, representando uma negação do mais elementar direito de acesso à educação pública e de qualidade.

A política de desinvestimento, desresponsabilização, destruição e privatização da escola pública pelos sucessivos governos, e em especial pelo actual Governo PS, tem contribuído de uma forma muito grave para a degradação da qualidade do ensino, em paralelo com o ataque aos direitos dos professores, dos auxiliares de acção educativa e dos estudantes.

As medidas recentemente apresentadas pelo Governo de quebra no investimento público, aumento do IRS e do IVA, e cortes no sector da educação, não nos poderiam deixar mais preocupados, mas simultaneamente mais certos da necessidade de ruptura com estas políticas de direita e de defesa de uma política de investimento público e criação de emprego, de reforço dos serviços sociais do estado como a educação e a saúde, uma política de esquerda ao serviço do povo e do país.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Educação** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Ministério da Educação conhecimento desta situação?
2. Que medidas prevê implementar para a resolução dos problemas acima mencionados?
3. Para quando a realização de obras na escola, de forma a garantir a dignidade deste espaço e permitindo o normal funcionamento das actividades lectivas?

Palácio de S. Bento, 25 de Maio de 2010

Os Deputados,

Rita Rato
Rita Rato

Honório Novo
Honório Novo